

Desenvolvimento e educação sexual para pessoas dentro do transtorno do espectro autista e suas peculiaridades

Alessandra Mendes Mariano Gebrim

Elisângela Rosa Ferreira de Rezende

Isabella Veloso de Vasconcelos

Ivoneia Maria Pereira

Tatiana Valéria Emídio Moreira

UNIEVANGÉLICA – Universidade Evangélica de Goiás

Anápolis/GO - 2022

Nota do Autor

Alessandra Mendes Mariano Gebrim, Bacharel em Direito pela Unievangélica, pós-graduada em Análise do Comportamento Aplicada pelo Instituto CBI of MIAMI, mestranda em psicologia com ênfase em Análise Comportamental pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC, e discente do curso de bacharelado em Psicologia da Universidade de Anápolis – UniEVANGÉLICA;

Elisângela Rosa Ferreira de Rezende, discente do curso de bacharelado em Psicologia da Universidade de Anápolis – UniEVANGÉLICA;

Isabella Veloso de Vasconcelos, discente do curso de bacharelado em Psicologia da Universidade de Anápolis – UniEVANGÉLICA;

Ivoneia Maria Pereira, discente do curso de bacharelado em Psicologia da Universidade de Anápolis – UniEVANGÉLICA;

Tatiana Valéria Emídio Moreira, psicóloga, Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás e docente do curso de graduação em Psicologia na Universidade de Anápolis – UniEVANGÉLICA.

Resumo

A presente pesquisa pretendeu expandir o conhecimento sobre o desenvolvimento sexual desde o início da puberdade para pessoas dentro do transtorno do espectro autista e suas peculiaridades. A abordagem foi qualitativa, a partir do levantamento de referências teóricas já publicadas sobre a temática. Devido não ter muitas publicações a respeito do tema, os artigos que utilizamos teve uma delimitação de 22 anos, sendo assim o primeiro artigo é do ano de 2000 o último do ano de 2022. Os artigos que atenderam ao critério de inclusão, trataram especificamente das peculiaridades presentes no desenvolvimento sexual neuroatípico, da dificuldade das famílias de abordarem tal assunto e da necessidade de políticas públicas e treinamento parental para a conquista da autonomia e desenvolvimento sexual saudável para essa comunidade. Objetivando ampliar os saberes acerca da sexualidade e suas nuances nesse contexto, englobando a sensualidade e prevenção de relacionamentos abusivos em pessoas com TEA. Trata-se de um assunto pouco falado relacionados ao Transtorno do Espectro Autista e que tem grande relevância para seus pais e familiares, bem como para as demais pessoas envolvidas no convívio.

Percebeu-se a necessidade de engendrar-se ainda mais pesquisas voltadas sobre a educação sexual para as pessoas com TEA, tendo em vista que estudos mais recentes, em geral, apontam poucos programas educativos específicos dentro do espectro autista no que tange a privação de direitos, de vivências sexuais, pouco acesso a informações e pela vulnerabilidade com relação à violência sexual, cooperando para a desconstrução de ideias errôneas sobre a sexualidade desse grupo, e em consequência disso, provocar um movimento de reflexão e elaboração de políticas e ações voltadas às necessidades reais dessas pessoas.

Palavra-chave: autismo e sexualidade, sexualidade atípica, sexualidade neuroatípica, anjo azul e desenvolvimento sexual neuroatípico.

Apresentação

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define adolescência como sendo o período da vida que começa aos 10 anos e termina aos 19 anos completos. Na cultura ocidental contemporânea, existe o consenso de que os primeiros indícios da maturação sexual, introduzidos pela puberdade, marcam, concretamente, o início da adolescência. O conceito de adolescência envolve um processo amplo de desenvolvimento biopsicossocial. A puberdade constitui uma parte da adolescência caracterizada, principalmente, pela aceleração e desaceleração do crescimento físico, mudança da composição corporal, eclosão hormonal, evolução da maturação sexual. A puberdade é um parâmetro universal, ocorrendo de maneira semelhante em todos os indivíduos; já a adolescência é um fenômeno singular caracterizado por influências socioculturais que vão se concretizando por meio de reformulações constantes de caráter social, sexual e de gênero, ideológico e vocacional. (BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área de Saúde do Adolescente e do Jovem, 2007).

Para Papalia e Feldman (2013) a adolescência é uma fase de inúmeras descobertas, dentre elas, a sexual. Trata-se de uma transição no desenvolvimento entre a infância e a idade adulta. É nesta fase que surge um maior interesse pela atividade sexual e o descobrimento do próprio corpo, a busca por parceiros, consolidação da orientação e da identidade sexual. Seu ponto de início ou de término não é claramente definido. Em geral, considera-se que a adolescência começa com a puberdade, processo pelo qual uma pessoa alcança a maturidade sexual e a capacidade de reprodução, que conduz à maturidade sexual ou fertilidade.

Apesar dos principais marcos do desenvolvimento físico da adolescência acontecerem a todas as pessoas, o tempo destes marcos varia muito, tanto entre os sexos quanto dentro deles. Alguns adolescentes exibem sinais físicos de maturidade mais cedo do que seus pares, enquanto outros os exibem mais tarde. Por exemplo, as mudanças físicas visíveis nos homens geralmente começam alguns anos depois de começarem nas mulheres. O momento da primeira menstruação de uma mulher também varia: as meninas podem apresentar sua primeira menstruação desde os oito até os 16 anos (Papalia e Feldman. 2013).

A pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), do ponto de vista físico, se desenvolve como uma pessoa neurotípica, conforme suas características próprias. Mas, esse desenvolvimento pode não acompanhar o mesmo ritmo quando se trata de outras áreas. Então, muitas vezes, pais e cuidadores duvidam que o autista tenha condições de se relacionar afetiva e/ou sexualmente (Paiva Junior, 2022).

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) classifica o TEA como um transtorno do neurodesenvolvimento, abarcando déficits e/ou excessos comportamentais que devem estar presentes precocemente no período do desenvolvimento. Duas categorias centrais se destacam dentre os critérios diagnósticos: (a) déficits persistentes na comunicação e na interação social em múltiplos contextos; déficits nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social; problemas para desenvolver, manter e compreender relacionamentos; e (b) padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades; insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível a rotinas ou padrões ritualizados de comportamento; hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais ou interesse incomum por aspectos sensoriais do ambiente. Esses comportamentos caracterizam-se como clinicamente relevantes resultando em prejuízo no funcionamento social, profissional ou de outras áreas importantes na vida da pessoa (APA, 2013/2014).

Com base em estudos epidemiológicos realizados nos últimos 50 anos, a prevalência de TEA parece estar aumentando universalmente. Há muitas elucidações possíveis para esse aumento visível, incluindo aumento da conscientização sobre o tema, a ampliação dos critérios diagnósticos, melhores ferramentas de diagnóstico e o aprimoramento das informações reportadas. Pesquisas apontam ainda que, em todo o mundo, uma em cada 160 crianças tem transtorno do espectro autista. (Almeida, M. L., & Neves, A. S. 2020).

Dados epidemiológicos de 2019 e 2020 publicados na *Jama Pediatrics* apontam que uma em cada trinta crianças e adolescentes entre 3 e 17 anos são diagnosticados com autismo nos Estados Unidos (Paiva Jr, 2022). Esse número é 32% maior que a última estatística divulgada pelo CDC (do inglês, *Center of Disease Control and Prevention*), que é o órgão responsável pela prevalência oficial daquele país. Ainda não existem estudos no Brasil acerca do número geral de pessoas diagnosticadas com TEA. No entanto, com base em estimativa mundial hipotetiza-se que temos 4,84 milhões de autistas no Brasil. Esses dados evidenciam a importância desse estudo em relação à essa população.

Devido ao trabalho do médico Sigmund Freud, no século XIX, o termo sexualidade surgiu, e a rompeu-se do entendimento como algo impuro, que deveria ser reprimido e usado apenas para a reprodução. Dele veio a ideia de que a sexualidade não é limitada ao biológico e está relacionada com fatores psicológicos e sociais. Atualmente, considera-se que a sexualidade se trata de um conjunto de características humanas, envolvendo processos fisiológicos e psicológicos que não se restringem ao ato sexual e aos órgãos genitais. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) e Ministério da Saúde (MS), a sexualidade é vivenciada e expressada no estilo de vida, identidade e papéis de gênero, orientação sexual, intimidade, prazer e

reprodução, sofrendo influências da história de cada indivíduo, suas relações afetivas e aspectos culturais, religiosos, sociais, políticos e econômicos. (Santos e Carvalho, 2019).

Sendo assim, mesmo que em adolescentes com TEA, a puberdade aconteça durante os estágios normais do desenvolvimento humano, os tornando passíveis de apresentarem necessidades sexuais, ainda falta-lhes adquirir um correto entendimento do seu corpo que somado a um inadequado desenvolvimento emocional, pode resultar em comportamento sexual impróprio (*Beddows & Brooks, 2015*). Em um estudo de revisão sistemática, conduzido pelos mesmos autores, em 2015, foi apontado que adolescentes com TEA podem desenvolver comportamentos atípicos que envolvem dificuldades significativas quanto ao exibicionismo, excitação inadequada, masturbação em público, ofensas de natureza sexual, dificuldades de identidade de gênero, falhas em estabelecer relacionamentos íntimos, além de abusos físicos e sexuais. Cividini-Motta *et al.* (2019) citado por Arend *et al.* (2021) sugere que estas ações em momentos e/ou locais inadequados é fruto da falta de consciência social e/ou falta de educação sexual.

Em um estudo de revisão realizado por Ottoni e Maia (2019) foi apontado que os déficits em habilidades sociais, de comunicação, os interesses restritos e repetitivos e a hipersensibilidade são possíveis fatores limitantes do desenvolvimento sexual, apontando para a identificação de desejos sexuais voltados especialmente a vivências solitárias da sexualidade e menor frequência de práticas sexuais, em comparação à população como um todo.

“A legislação brasileira resguarda o direito à autonomia e ao próprio corpo das pessoas com TEA. Mas, dependendo de seus diagnósticos e características, ela pode ser interditada e considerada legalmente incapaz. Mesmo que uma pessoa apresente desafios na autonomia de suas atividades da vida diária, ela conserva o direito ao amor e à sexualidade. Mas precisamos compreender as nuances e características de cada autista para evitar que ocorram os temidos relacionamentos abusivos.” (Paiva Junior, 2022).

Em 2017, como parte da campanha intitulada “Sou Autista, Tenho Direito ao meu Próprio Corpo”, a Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas com Autismo lançou um manifesto no qual critica o fato de que muitas pessoas autistas não são conhecidas como detentoras do direito ao próprio corpo, com base nos relatos de vários indivíduos no Espectro Autista que afirmam ter seus direitos sexuais e reprodutivos impedidos. De acordo com a entidade, a justificativa é a falsa crença de que alguém que não exerce sua sexualidade está mais protegido contra abusos (Abraça, 2017).

Barros *et al.* (2022) afirmam que as intervenções psicossociais baseadas em evidências, como o tratamento comportamental e os programas de treinamento de habilidades para os pais,

podem reduzir as dificuldades de comunicação e comportamento social, com impacto positivo no bem-estar e qualidade de vida das pessoas com TEA e seus cuidadores. Tais intervenções precisam ser acompanhadas por ações mais amplas, tornando ambientes físicos, sociais e atitudinais mais acessíveis, inclusivos e de apoio.

Segundo Ribeiro e Monteiro (2019), a educação sexual no Brasil teve seu primeiro momento de intensa divulgação por meios de comunicação, em 1930, e isso ocorreu devido ao trabalho pioneiro de médicos que se interessaram por questões de sexo e sexualidade e que deram a cientificidade necessária para o debate na sociedade. Nessa mesma época, muitas editoras conceituadas se empenharam muito para que houvesse publicações acerca desse tema, e que elas alcançassem muitas pessoas, através de várias edições.

Ao falar, ouvir e ler sobre sexo, a parcela intelectual ou instruída da sociedade brasileira das primeiras décadas do século XX se abriu para a educação sexual que, nos anos 1960, foi efetivada em escolas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. E subsequentemente, ainda em 1960, houve uma espécie de revolução sexual, com o Movimento hippie e o advento da pílula anticoncepcional, que como se sabe, é um método de extrema importância ainda hoje e, na época em questão, deu um novo sentido a moral sexual. Percebeu-se nesse processo que, havia uma mentalidade favorável à educação sexual nesse período após a expansão desse conhecimento.

Em 1980, associações científicas ligadas à ginecologia, à urologia e à psicologia trazem de volta o discurso sobre sexualidade e comportamento sexual e lançam as bases da sexologia, que irão sustentar e fortalecer o conhecimento sexual no Brasil, culminando na ida desse saber sexual para as universidades, consolidado no surgimento dos grupos de pesquisa no final dos anos 1990 e início dos anos 2000.

Em 1997, através do Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o Governo Federal reconhece a educação sexual como tema importante e urgente na escola brasileira. E, em 2012, foi curado o primeiro curso de mestrado em educação sexual no país, na Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Saito e Leal vão dizer que, “se a meta é informar, ou melhor ainda, formar, A escola destaca-se entre os grupos de referência por ser esta a sua função precípua”. E, consideram que a vida sexual ativa na adolescência fomenta um risco para os projetos de vida, as próprias vidas e o futuro das novas gerações, uma vez que, feito isso sem as informações e cuidados necessários, pode haver consequências como gravidez precoce, aborto, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e afins. Fazendo da educação sexual uma premissa essencial e imprescindível. “Na família o diálogo é ainda pobre ou inexistente; na escola, o debate é tímido

e ocorre voltado mais para os aspectos biológicos, reforçando a ideia da sexualidade ligada à reprodução e tanto educadores como profissionais de saúde permanecem com posturas impregnadas de preconceitos e tabus” (Saito e Leal, 2000, pag. 2), e reforçam ainda que, a postura empregada incentiva os jovens a evitarem as experiências sexuais.

Não é de se admirar que ainda existem barreiras relativas à educação sexual no Brasil, sejam elas, de ordem religiosa, cultural ou até mesmo por falta de informação. Então, o que se esperar quando o assunto é educação sexual para jovens com neurodesenvolvimento atípico? É inegável o crescimento do número de diagnóstico de TEA no Brasil, e, existe uma preocupação louvável em relação à intervenção precoce, contudo, infelizmente, à medida que essas crianças vão crescendo e se desenvolvendo, outras demandas vão surgindo, e pouco se fala em autistas adolescentes ou adultos, pouco se fala sobre relacionamentos íntimos e amorosos, tampouco se fala em gravidez, assédio sexual, preservativos, anticoncepcionais ou doenças sexualmente transmissíveis para pessoas neuroatípicas.

Brilhante *et al.* (2021) afirmam que a educação sexual de pessoas autistas costuma ser negligenciada. Neste sentido, realizaram uma pesquisa objetivando identificar as demandas de autistas sobre sua sexualidade, alinhando-se ao paradigma da neurodiversidade. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa realizada de setembro de 2017 a outubro de 2018, com 14 autistas oralizados, com idades de 15 a 17 anos, matriculados em escolas regulares. A coleta dos dados foi realizada por entrevistas semiestruturadas e avaliadas segundo a análise temática de conteúdo. Identificaram-se 2 categorias analíticas: “processos discursivos e a imagética do ‘anjo azul’” e “diversidade na diversidade: a sexualidade de autistas como processos singulares”. Os resultados que embora pessoas autistas se desenvolvam fisicamente e sexualmente de acordo com os estágios típicos de desenvolvimento, existem singularidades que não deveriam ser ignoradas. Todavia, a construção de falsas crenças fomenta a negação da sexualidade de pessoas autistas. E concluíram que o estabelecimento de ações efetivas de educação sexual e de suporte à sexualidade da pessoa autista requer uma mudança paradigmática, que se ancore no modelo social de deficiência.

Tilio (2017) reforça-se a importância de mais ações educativas em cuidados de saúde e educação e de investigações sobre as relações entre sexualidade, família, TEA e cuidados visando à consolidação dos direitos (sexuais e reprodutivos) destes sujeitos. Por vezes, seus familiares/cuidadores não reconhecem suas possibilidades de desenvolvimento (biológico e psicológico, incluindo sua sexualidade) que passa a ser infantilizado, negado ou rechaçado. Sua pesquisa objetivou investigar como uma cuidadora significa a sua vivência da sexualidade de um indivíduo com TEA. Os dados foram obtidos por meio de uma entrevista semiestruturada,

gravada e transcrita na íntegra com a irmã cuidadora de um adulto de 35 anos diagnosticado há menos de uma década. Após análise de conteúdo temática os resultados mostraram que há aceitação parcial da sexualidade daquele indivíduo pelos familiares (respeito à privacidade e à masturbação) ao mesmo tempo em que há muitos conflitos (vergonha, medo de comportamentos hipersexualizados não adequados em públicos). Além disso, a cuidadora ou familiares não receberam formação especializada sobre cuidados para TEA, aumentando as dificuldades.

Nossos “anjos azuis” são seres humanos como quaisquer outros, são feitos de carne e osso, são abastecidos de hormônios, e no decorrer de seu desenvolvimento vão sentir desejos, vão sentir prazer, vão amar e podem querer se casar e até ter filhos. À quem fica o cargo da educação sexual para adolescentes e adultos autistas? Holmes *et al.* (2019) no artigo “Comunicação da Sexualidade Familiar: Relato dos Pais para Jovens Adultos Autistas Versus um Grupo de Comparação”, relataram que os pais de jovens autistas, entrevistados, alegaram desconforto, constrangimento, ineficácia, entre outras circunstâncias que dificultavam a comunicação entre estes e seus filhos autistas sobre a sexualidade, ou ainda não sabiam se estava na hora de abordar o assunto, por falta de demonstração de interesse por parte dos filhos.

Portanto, a sexualidade dos acometidos pelo TEA pode gerar vários conflitos, pois enquanto eles consideram suas vivências sexuais aceitáveis as demais pessoas (incluindo seus familiares) tendem a considerá-las inadequadas (Bosa e Zanon, 2016; Felipe, 2009). Todavia, esse último aspecto contraria as atuais políticas públicas internacionais de garantias dos direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com algum tipo de deficiência (Gesser e Nuernberg, 2014) ainda mais quando elas representam 15% da população mundial. (Citados por Tilio, 2017).

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, estabelece em seu artigo 1º “O propósito de promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. E ainda conceitua que “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”.

O artigo 23, resguarda o Respeito pelo lar e pela família, e preceitua que: 1. Os Estados Partes tomarão medidas efetivas e apropriadas para eliminar a discriminação contra pessoas com deficiência, em todos os aspectos relativos a casamento, família, paternidade e relacionamentos, em igualdade de condições com as demais pessoas, de modo a assegurar que: a) seja reconhecido o direito das pessoas com deficiência, em idade de contrair matrimônio, de

casar-se e estabelecer família, com base no livre e pleno consentimento dos pretendentes; b) sejam reconhecidos os direitos das pessoas com deficiência de decidir livre e responsabilmente sobre o número de filhos e o espaçamento entre esses filhos e de ter acesso a informações adequadas à idade e a educação em matéria de reprodução e de planejamento familiar, bem como os meios necessários para exercer esses direitos; c) as pessoas com deficiência, inclusive crianças, conservem sua fertilidade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Mais adiante, no artigo 25, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assegura, em especial, os Estados Partes: a) oferecerão às pessoas com deficiência programas e atenção à saúde gratuitos ou a custos acessíveis da mesma variedade, qualidade e padrão que são oferecidos às demais pessoas, inclusive na área de saúde sexual e reprodutiva e de programas de saúde pública destinados à população em geral;

Vale ressaltar que a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, denominada, Lei Berenice Piana, no parágrafo 2º do art. 1º, estabelece que: § 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

A sexualidade saudável e a vida amorosa são inerentes a qualquer ser humano. Principalmente na fase da adolescência, onde o interesse e a curiosidade estão aflorando, para a pessoa no transtorno do autismo, não é diferente, o que a torna peculiar é o momento em que este interesse pode ocorrer, e, esta tem seus direitos resguardados por lei, porém, na prática, na convivência no âmbito familiar, as dúvidas começam a surgir. E, o que se observa é uma esquivia por parte dos cuidadores em se tratar do assunto com seus filhos, evidenciando ainda mais a importância da educação sexual para as pessoas neuroatípicas e seus familiares para que conquistem a autonomia e autocuidado, melhorando assim, a qualidade de vida dessa comunidade.

Metodologia da Pesquisa

A revisão da literatura é uma parte vital do processo de investigação. Aquela envolve localizar, analisar, sintetizar e interpretar a investigação prévia (revistas científicas, livros, atas de congressos, resumos etc.) relacionada com a sua área de estudo; é, então, uma análise bibliográfica pormenorizada, referente aos trabalhos já publicados sobre o tema. A revisão da literatura é indispensável não somente para definir bem o problema, mas também para obter uma ideia precisa sobre o estado atual dos conhecimentos sobre um dado tema, as suas lacunas e a contribuição da investigação para o desenvolvimento do conhecimento. Como nos informam Cardoso *et al.* (2010) “cada investigador analisa minuciosamente os trabalhos dos

investigadores que o precederam e, só então, compreendido o testemunho que lhe foi confiado, parte equipado para a sua própria aventura” (pag. 7).

Para realizar este projeto, buscou-se várias pesquisas sobre o assunto em artigos científicos e livros, tanto físicos quanto digitais, embora o uso dos materiais digitais foi o mais frequente. Dividimos tais assuntos em macro esferas, onde se trata da educação sexual para adolescentes típicos, e afunilamos até chegarmos ao ponto das microsferas, onde se trata, especificamente, da educação sexual para adolescentes portadores de Transtorno do Espectro Autista, tema central do presente trabalho. O material coletado foi lido e estudado entre as quatro componentes do grupo de pesquisa. Realizou-se paradas de discussão para decidir quais estudos eram condizentes e teriam relevância para o tema proposto. Os momentos de seleção dos temas e do material aconteceu de forma presencial em espaços da própria universidade e remotamente. A investigação e análise dos materiais coletados irá explorar o tema e argumentar com base nessas literaturas específicas, além de compor a referência bibliográfica.

A presente pesquisa foi bibliográfica, exploratória, de natureza básica, na qual pretendemos expandir o conhecimento abordando o desenvolvimento sexual desde o início da puberdade para pessoas dentro do transtorno do espectro autista e suas peculiaridades, além da importância da educação sexual neuroatípica. A abordagem foi qualitativa, a partir do levantamento de referências teóricas já publicadas sobre a temática. A pesquisa foi realizada com os seguintes descritores: autismo e sexualidade, sexualidade atípica, sexualidade neuroatípica, anjo azul e desenvolvimento sexual neuroatípico. As buscas foram realizadas nos portais Scielo, Google acadêmico e sites de legislação brasileira. Devido não ter muitas publicações a respeito do tema, os artigos que utilizamos teve uma delimitação de 22 anos, sendo assim o primeiro artigo é do ano de 2000 o último do ano de 2022.

Inicialmente foram selecionados 27 artigos, além das leis que tratam o autismo como deficiência, garantindo, assim, sua liberdade e direito à sexualidade, entretanto 17 entraram no critério de exclusão, pois não pretendemos fazer uma avaliação empírica, sendo assim a pesquisa desenvolvida é de natureza básica. Os 10 artigos os quais atenderam ao critério de inclusão, trataram especificamente das peculiaridades presentes no desenvolvimento sexual neuroatípico, da dificuldade das famílias de abordarem tal assunto e da necessidade de políticas públicas e treinamento parental para a conquista da autonomia e desenvolvimento sexual saudável para essa comunidade. Foi buscado por palavras chaves e ano de publicação entre 2000 e 2022, no entanto, para resultados e discussão foram utilizados artigos publicados entre os anos 2015 e 2022, conforme apresenta à tabela 1.

Tabela 1: Descrição dos artigos incluídos na pesquisa

NR.	ANO	TÍTULO	AUTORES
A01	2015	Comportamento sexual inadequado em adolescentes com transtorno do espectro autista: o que a educação é recomendada e por que	Nicola Beddows, Rachel Brooks
A02	2017	Transtorno do espectro do autismo de alto funcionamento: relacionamento conjugal e abuso sexual	Peixoto C., Rondon D. A., Cardoso A., & Verás A. B.
A03	2017	Transtornos do Espectro Autista e sexualidade: um relato de caso na perspectiva do cuidador	Rafael De Tilio
A04	2019	Comunicação da Sexualidade Familiar: Relato dos Pais para Jovens Adultos Autistas Versus um Grupo de Comparação	Holmes L. G., Strassberg D. S., Himle M. B.
A05	2019	Considerações sobre a sexualidade e educação sexual de pessoas com transtorno do espectro autista	Otonni e Maia
A06	2021	Estratégias para educação sexual de adultos com transtorno do espectro autista.	Vieira O., A. C., Bortolozzi, A. C. , Vilaça, M. T., & Marques C. L. A.
A07	2021	Sexualidade em adolescentes com transtorno do espectro autista (TEA): Revisão integrativa	Márcia Helena Rodrigues de Freitas Arend
A08	2021	“Eu não sou um anjo azul”: a sexualidade na perspectiva de adolescentes autistas	Brilhante et al.
A09	2022	Transtorno do espectro autista e acessibilidade amorosa.	Pessoa S. C., & Mendonça S. S.
A10	2022	- Revista Autismo Nº 16 - Mar/Abr/Mai.2022.	Paiva, Junior (2022)

Fonte: Das autoras.

Resultados e Discussão

Os artigos listados acima, abordam a temática da sexualidade neuro atípica, com pautas que englobam a importância da educação sexual adequada, estratégias para a educação sexual deste grupo, relatos de experiências sexuais de portadores de TEA, entre outros.

No A01, aponta-se um déficit na educação sexual adequada para adolescentes neuro atípicos, resultando em comportamentos sexuais inadequados, e sugere que, inicialmente, se trabalhe na construção de habilidades sociais, e em conjunto, que a introdução à educação individualizada e repetitiva seja iniciada desde cedo, de forma acessível.

Percebe-se que, A05, e A06, se conectam com A01, pois, A05 fala sobre a invisibilização da sexualidade dessa população, bem como direitos de acesso à informação e a vivências sexuais comumente negados e a forma como são vulneráveis e suscetíveis a abusos e violências, devido as condições específicas do TEA, em A05 nota-se que essas condições, tais como

interesses restritos e repetitivos, hipersensibilidade, déficits em habilidades sociais e de comunicação, são fatores limitantes no desenvolvimento sexual; percebe-se também em A05, uma identificação de desejos sexuais voltados especialmente a vivências solitárias da sexualidade e menor frequência de práticas sexuais, em comparação à população como um todo. E a proposta considerada eficiente, trazida pelo mesmo, é um programa de educação sexual para pessoas com TEA, que foi considerada um fator de proteção para um desenvolvimento satisfatório e para diminuição de vitimização, incluindo nessa intervenção aspectos relacionais e específicos, como o uso de linguagem acessível, direta e clara; o ensino sistemático de habilidades sociais; e a orientação familiar e profissional. E, em A06, busca-se estratégias para educação sexual de adultos com TEA, considerando as dificuldades apresentadas pelos próprios portadores; enfatizando que a educação sexual recebida por estes, tem se dado por dois meios, um, tem sido por vias informais e as vezes, pouco confiáveis e abrangentes. E o outro, por via de profissionais e familiares. E sugere que a melhor e mais abrangente forma de fornecer educação sexual para pessoas neuro atípicas, é por meio de ações com características visuais claras, cujas linguagens sejam diretas e pouco metafóricas, focadas em repertórios diversos, e baseadas na constante reavaliação de necessidades, bem como no cuidado com a imposição da norma neurotípica hegemônica.

Enfatizando a questão da educação sexual neuroatípica o A04 se relaciona com o A06 ao afirmar que as famílias são um contexto crítico para o desenvolvimento saudável da sexualidade. A pesquisa apresentada no A04, concluiu que pais de adultos autistas que abordaram poucos ou nenhum tópico sobre a sexualidade com seus filhos, (31%), relataram maior religiosidade, menor conforto e autoeficácia, e eram menos propensos a dizer que o adulto expressava atração ou desejo por relacionamentos. Os pais de adultos autistas eram mais propensos do que os pais de jovens neurotípico a perceberem seu jovem como desinteressado ou não pronto para aprender sobre temas de sexualidade. Sugerindo que as famílias de autistas necessitam de apoio para transmitir conhecimentos e valores relacionados à sexualidade. Comungando com o A7 quando, este, aborda que a imaturidade, especialmente percebida por suas famílias, agrava a dificuldade de lidar com questões sobre sexualidade, causando dificuldade em aceitar que o autista tem direitos em relação aos seus desejos e manifestações sexuais. Uma revisão da literatura integrativa foi conduzida pela busca e sintetização dos achados de estudos publicados sobre sexualidade e autismo. O A07 apresenta uma pesquisa realizada no banco de dados da Biblioteca Virtual de Saúde, utilizando-se dos prescritores: Educação Sexual, Sexualidade, Transtorno de Adolescentes e Autistas, entre 2015 e 2020. Selecionaram e analisaram 05 artigos que atenderam aos critérios de elegibilidade.

Apresentaram resultados indicando que o tema deve ser discutido considerando a possibilidade efetiva de manifestação e experiência de sexualidade por parte dos atingidos pelo TEA, contribuindo assim para a melhoria de sua qualidade de vida.

A06 também traz o importante dado de que pessoas com TEA estão incluídas em altos índices de vitimização para violência sexual, especialmente devido às suas inabilidades em se comunicar, e, também, devido à falta de conhecimentos acerca de educação sexual, devido à falta de educação sexual de qualidade. O que pode ser associado ao assunto do A02, que traz um relato de caso que envolve abuso sexual, devido as inabilidades de comunicação. Porém, nesse caso específico, conta a história de um casal em que, o marido é TEA, e a esposa, tem transtorno de personalidade histriônica, e procuram psicoterapia, porque ela se sente estuprada nas relações sexuais, devido as dificuldades do marido em se comunicar e de compreender sutilezas relacionadas a essas habilidades.

O A02, por sua vez, se conecta com A09, que também é um relato de experiência. Neste se descreve a experiência de uma mulher transgênero de 23 anos, autista, diagnosticada aos 11 anos de idade, jornalista e mestrande em comunicação, e dentre suas experiências relacionadas ao amor, é falado sobre a dificuldade que a pessoa com TEA encontra em compreender esse sentimento e os demais que são abstratos e impalpáveis, e essa dificuldade implica diretamente no modo como vai se comportar de forma socialmente inadequada. Voltando a premissa da educação sexual adequada, já mencionada em A01, A05 e A06. Ainda no A09, se fala sobre as atribuições do psicólogo nesse contexto, que pode contribuir psicoeducando em relação a sentimentos e emoções, bem como fazer treinos de habilidades sociais e listas de prós e contras, no intuito de ajudar a desmistificar o medo de se relacionar. Contribuindo com a perspectiva do A08, quando se trata de psicoeducação, porque apesar das dificuldades enfrentadas na vivência de suas sexualidades, a educação sexual de pessoas autistas costuma ser negligenciada. Neste sentido, o A08, apresentou uma pesquisa que objetivou identificar as demandas de autistas sobre sua sexualidade. Foi uma pesquisa qualitativa realizada de setembro de 2017 a outubro de 2018, com 14 autistas oralizados, com idades de 15 a 17 anos, matriculados em escolas regulares. Utilizou-se, para a coleta dos dados, entrevistas semiestruturadas. Identificaram-se 2 categorias analíticas: “processos discursivos e a imagética do ‘anjo azul’” e “diversidade na diversidade: a sexualidade de autistas como processos singulares”. Os resultados que embora pessoas autistas se desenvolvam fisicamente e sexualmente de acordo com os estágios típicos de desenvolvimento, existem singularidades que não deveriam ser ignoradas. Todavia, a construção de falsas crenças fomenta a negação da sexualidade de pessoas autistas. Conclui-se que o estabelecimento de ações efetivas de educação sexual e de suporte à sexualidade da pessoa

autista requer uma mudança paradigmática, que se ancore no modelo social de deficiência. Partilhando dos A01, A02, A04, A05, A06, A07. O A08 ainda afirma que alinhada ao modelo social de deficiência, a Neurodiversidade deve ser respeitada. Intuindo que as terapêuticas deveriam buscar não uma cura, mas centrar-se em maximizar habilidades, fornecer suporte socioemocional e fomentar estratégias diante das demandas individuais e ambientais. Nesse contexto, uma das reivindicações permanentes entre ativistas da Neurodiversidade refere-se ao direito da pessoa autista sobre seu corpo e sua sexualidade, refutando a crença de que autistas seriam pessoas assexuadas ou “eternas crianças”. Compartilhando, mais uma vez com o A06, quando se trata da necessidade de elaborar estratégias eficazes para a psicoeducação sexual para pessoas com TEA.

A03, segue o mesmo pressuposto de A02 e A09, pois, traz também um relato de experiência, porém, por um aspecto diferente, pela ótica de uma cuidadora, nesse caso, ela é irmã de um autista de 35 anos, onde a irmã percebe a sexualidade dele sendo aceita apenas de forma parcial pelos demais familiares, no sentido de respeito a forma com que ele expressa sua sexualidade (respeito à privacidade e masturbação), e essa pouca aceitação se dá por medo e vergonha de comportamentos hipersexualizados inadequados em público. Segundo Boza e Zanon (2016), citado por A03, de maneira geral o que a família, cuidadores e sociedade esperam da sexualidade de pessoas portadoras de necessidades especiais é que ela ou não se manifeste ou que ela se apresente inadequada e carente de controle. O que, tem forte potencial de prejudicar o desenvolvimento sexual do TEA, mesmo indo contra as políticas públicas que resguardam os direitos a sexualidade de pessoas com deficiência, incluindo TEA, direito esse, garantido pela lei Berenice Piana, em que se faz valer os mesmos direitos da convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, que também são os mesmos direitos garantidos a pessoas típicas, em relação aos direitos sexuais e reprodutivos. O que leva A03 para a mesma questão que abarca a pouca ênfase que recebe, e a falha em métodos assertivos que disseminem conhecimento acerca da sexualidade. Sugerindo então, ações educativas em cuidados de saúde e educação e de investigações sobre as relações entre sexualidade, família, TEA e cuidados visando à consolidação dos direitos (sexuais e reprodutivos) destes sujeitos. O que interliga este artigo diretamente, com A01, A05 e A06.

Corroborando com a visão da família em relação a sexualidade do autista, trazida por A03, em A07, afirma-se que a visão da sociedade acerca do portador de deficiência mental é de como alguém que não pensa e que está fora do mundo da sexualidade. E que, a família tenta enxergá-lo como uma eterna criança, sem os recortes que o façam se encaixar na vida adulta, no que se refere a sexualidade. Esse contexto também se assimila a A08, devido às insatisfações

trazidas por pessoas com TEA que recebem o nome de “anjo azul” e sentem que sua sexualidade é negada. Por fim, o A10, também afirma que a pessoa autista, do ponto de vista físico, se desenvolve como uma pessoa neurotípica, conforme suas peculiaridades, todavia, esse desenvolvimento pode não acompanhar o mesmo ritmo quando se trata de outras áreas. Então, muitas vezes, pais e cuidadores duvidam que o autista tenha condições de se relacionar afetiva e/ou sexualmente, compartilhando, diretamente, com o A08, quando apresenta a discussão no 210º episódio do *podcast* *Introvertendo*, produzido por autistas adultos, chamado “O Problema do ‘Anjo Azul’”. Onde um grupo de autistas adultos discutiram as origens e impactos da expressão “anjo azul”, usada na comunidade do autismo por alguns familiares. Relataram que muitos autistas não gostam da expressão, porque: “Quando você chama uma pessoa de ‘anjo azul’, você está atribuindo a ela características infantilizadas como se fosse alguém que nunca crescesse, que sempre fosse inocente e precisasse sempre de amparo para realizar suas atividades do dia a dia, quando na verdade a gente sabe que autistas não são assim”, afirmou. “A ideia de ‘anjo azul’ é uma forma de reduzir a humanidade de autistas. O capacitismo é toda situação que coloca pessoas com deficiência em um patamar de desigualdade, seja muito para baixo ou muito para cima. É essa percepção de autistas como sujeitos que estão completamente fora do comum, do ordinário da vida”, destacou.

Considerações Finais

O tema abordado teve o objetivo de ampliar os saberes acerca do desenvolvimento da sexualidade e suas nuances nas pessoas portadoras do Transtorno do Espectro Autista, englobando a sensualidade, prevenção de relacionamentos abusivos, relacionamentos amorosos, noção de privacidade etc. Percebemos que o assunto é de suma importância para o conhecimento de situações pouco faladas relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista e que tem grande relevância para seus pais e familiares, cuidadores bem como para as demais pessoas envolvidas no convívio, além de orientar a sociedade em geral.

Por se tratar de um tema, ainda, pouco falado, tendo em vista que estudos mais recentes, em geral, apontam poucos programas educativos específicos dentro do transtorno do espectro autista no que tange a privação de direitos, de vivências sexuais, pouco acesso a informações e pela vulnerabilidade com relação à violência sexual, o desenvolvimento desta pesquisa mostrou-se de extrema significância e importância para elucidação da sexualidade dessa comunidade neuroatípica, consistindo na necessidade de engendrar-se ainda mais pesquisas voltadas para as pessoas com TEA, cooperando para a desconstrução de ideias errôneas sobre

a sexualidade desse grupo, e em consequência disso, provocar um movimento de reflexão e elaboração de políticas e ações de psicoeducação sociosexual voltadas às necessidades reais dessas pessoas.

Desta maneira, esta pesquisa proporciona um leque de informações importantes para orientar, acalmar e indicar uma direção aos pais e todos os envolvidos na educação destes indivíduos, que buscam respostas para lidar com as peculiaridades da sexualidade nas diferentes fases da vida.

A discussão aponta poucas pesquisas concernentes ao desenvolvimento sexual das pessoas com TEA, e menos ainda nas fases da puberdade. E ao analisar as nuances deste aprendizado, percebemos que outras pesquisas são necessárias para disponibilizar maiores informações a fim de facilitar o percurso de familiares e cuidadores bem como de todas as pessoas que venham a participar desta formação como um todo.

Investigamos como se dá a formação da sexualidade das pessoas portadoras de TEA, intencionados a compreender os sentimentos/emoções experienciadas por eles nesse contexto. Buscamos informações que possam ampliar os saberes dos familiares e contribuir de forma que o cuidado lhes seja ofertado de maneira mais assertiva.

Ao analisar os indícios científicos a respeito do desenvolvimento da sexualidade dos autistas, fica claro que os resultados apontados permitiram identificar diversas brechas do conhecimento, principalmente em relação à necessidade de educação e orientação sexual para indivíduos com TEA, aos quais necessitam de uma aproximação conjunta e inclusiva por parte de profissionais, familiares e dos próprios pacientes para a obtenção de progressos. Tratar desse tema relacionado às pessoas com algum tipo de deficiência ou limitação é ainda mais complexo, mas fundamental para questionar equívocos, mitos e exclusões.

Neste estudo ficou evidente a importância da promoção da educação sexual de autistas desde a mais tenra idade, haja vista que eles obtêm informações no meio social onde vivem. Tanto, adolescentes atípicos e/ou neurotípicos necessitam de programas de educação sexual das instituições onde estudam, do treinamento de habilidades sociais e tratamento psicoterápico para juntos colaborarem na ampliação da consciência sobre o comportamento. A educação sexual entra aqui como fator de proteção para um desenvolvimento satisfatório e para diminuição da vitimização com relação às violências. Todos os artigos pesquisados revelam a importância de ensinar sobre os direitos sexuais básicos, como acesso à privacidade, à informação científica e à educação sexual adequada que não gere sofrimentos e vulnerabilidade com relação a violências.

Frente aos resultados encontrados, percebe-se a partir de dificuldades destes indivíduos, que a própria noção do amor é constituída culturalmente, o que leva à problematização sobre como os autistas lidam com essa visão, considerando que seu desafio é interpretar e lidar com as elaborações sociais. Para pessoas com TEA a decisão de manter um relacionamento é mais eficaz se realizada com a ajuda de um profissional da área de saúde mental e mostra que para além do treino de habilidades sociais como forma de auxílio à criação e manutenção dos vínculos afetivos, faz-se necessária a psicoeducação do indivíduo para a conscientização das próprias sensações e sentimentos, para que ele esteja apto a lidar com as consequências do relacionamento amoroso, sejam físicas, emocionais ou cognitivas.

Cabe lembrar que muitos dos estudos são feitos com os familiares e não com os autistas, o que pode enriquecer os saberes deste tema com a percepção que têm sobre a sexualidade e de como lidar com autistas no processo de ensino e aprendizagem da educação sexual. Os poucos achados a respeito desta problemática nos levaram a considerar a possibilidade de estudos e pesquisas mais avançadas sobre a manifestação e vivência da sexualidade dos autistas, com o intuito de colaborar para uma melhor qualidade de vida. Observa-se a necessidade de novas pesquisas nesta área investigando o tema sexualidade para pessoas com TEA.

Referências

- ABRAÇA. (2017). Manifesto: Sou autista, tenho direito ao meu próprio corpo. Associação Brasileira para Ação dos Direitos da Pessoa com Autismo. Recuperado de: <http://abraca.autismobrasil.org/manifestocampanha2017/>.
- Almeida, M. L., Neves, A. S.; Almeida, M. L., Neves, A. S. (2020). A Popularização Diagnóstica do Autismo: uma Falsa Epidemia? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40,1-12. Recuperado de: https://doi.org/10.1590/19823703003180896https://www.scielo.br/j/pcp/a/WY8Zj3BbWs_qJCz6GvqGFbCR/?lang=pt
- American Psychiatric Association*. (2014). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. DSM 5. 5ª edição; AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION; Artmed 2014. Recuperado de: <http://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>
- Arend, M. H. R. de F.; *et al.*. (2021). Sexualidade em adolescentes com transtorno do espectro autista (TEA): Revisão integrativa. *Research, Society and Development*, v. 10, n.6. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i6.15558>
- Becker, D. *et al.* (2019). Manual de Orientação Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento. Sociedade Brasileira de Pediatria. Recuperado de: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/manual_orientacao_sbp_cen.pdf
- Brasil. Ministério da Saúde. (2007). Marco legal: saúde, um direito de adolescentes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. –

- Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. Recuperado de: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0400_M.pdf
- Braz. J. Psychiatry Braz. J. (2006). Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. *Psychiatry* 28 (suppl 1) maio 2006. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/S1516-44462006000500002>
- Brilhante, A. V. M., *et al.* (2021). "Eu não sou um anjo azul": a sexualidade na perspectiva de adolescentes autistas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(2), 417 – 423. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021262.40792020>
- Carmo T. R.; Martins T. E. M.; Silva A. J. M.; Barros R. S. (2022). Intervenção analítico-comportamental em adolescentes e adultos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão sistemática. *Revista Perspectivas* 2021. vol.12. n° 01 pp. 217-231. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/359319617_Intervencao_analitico-comportamental_em_adolescentes_e_adultos_diagnosticados_com_Transtorno_do_Espectro_Autista_uma_revisao_sistemica
- Camargo, S. P. H.; Rispoli, M. (2013). Análise do comportamento aplicada como intervenção para o autismo: definição, características e pressupostos filosóficos. *Revista Educação Especial*, 26(47), 639–650. Recuperado de <https://doi.org/10.5902/1984686X9694>
- Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.* Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm
- Holmes L. G., Strassberg D. S., Himle M. B. (2019). Comunicação da sexualidade familiar: relato dos pais para jovens adultos autistas versus um grupo de comparação.
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.* Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm
- Lino T. A. L. R., Bahia S. e Vieira R. X. (2012). Sexualidade na adolescência: o impacto da culpa, da culpa, da vergonha e do ambiente familiar, no desenvolvimento da agressividade nas manifestações sexuais nos adolescentes de 12 a 18 anos. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10451/8979>
- Nascimento M. R. D. (2019). Informativo: Transtorno do Espectro Autista. Folha informativa: Transtorno do espectro autista. In: OPAS/OMS Brasil. Brasília, abril. 2019. Recuperado de: <https://www.paho.org/bra/index.php?Itemid=1098>.
- OPAS/OMS Brasil (2019). Transtorno do espectro autista. In: OPAS/OMS Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde. Recuperado de: <https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista>
- Otoni, A. C. V.; Bortolozzi, A. C., Vilaça, M. T.; Leão, A. M. de C. (2021). Estratégias para a educação sexual de adultos com transtorno do espectro autista. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, 32(1). Recuperado de: <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i1.966>
- Paiva Jr, F. (2022). *Revista Autismo*. Ano VIII. nº 16. Mar/Abr/Mai.2022. Recuperado de: <https://www.canalautismo.com.br/numero/016/indice16/>
- Papalia D. E., e Feldman R. D. (2013). *Desenvolvimento humano*. Porto Alegre, Artmed, 12ª ed.

- Peixoto C., Rondon D. A., Cardoso A., Verás A. B. (2017) Transtorno do espectro do autismo de alto funcionamento: relacionamento conjugal e abuso sexual. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria* [online]. 2017, v. 66, n. 2. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000159>
- Pessoa S. C., & Mendonça S. S. (2022). Transtorno do espectro autista e acessibilidade amorosa. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/357992127_Transtorno_do_Espectro_Autista_e_Acessibilidade_Amorosa
- Posar, A.; Visconti, P. (2016) *Autism in 2016: the need for answers*. *J Pediatr* (Rio J). 2017; 93: 111-119. Autor para correspondência. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/jped/a/WWH8xDrXxL3KTLFhL7vX9Px/?lang=pt>
- Ribeiro, P. R. M.; Monteiro S. A. S. (2019). Avanços e retrocessos da educação sexual no Brasil: apontamentos a partir da eleição presidencial de 2018. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, vol. 14, núm. 2, Esp., 2019, pp. 1254-1264 Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/journal/6198/619864581001/619864581001.pdf>
- Saito, M. I.; Leal, M. M. (2000). Educação sexual na escola. Instituto da Criança do Hospital das Clínicas e Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). *Pediatria* (São Paulo) 2000, 22(1): 44-48. Recuperado de: https://www.academia.edu/16893797/Educacao_sexual_na_escola
- Santos, T. P. dos; Carvalho, G. M. de. (2019). Assexualidade: orientação ou disfunção sexual? *Brazilian Journal of Health Review*, 2019. Recuperado de: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BJHR/article/view/1976/1981>
- Tilio, R. de (2017). Transtornos do Espectro Autista e sexualidade: um relato de caso na perspectiva do cuidador. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 7(1), 36-58. Recuperado de: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-70262017000100036&lng=es&tlng=pt.
- World Health Organization (2022). *Questions and answers Autism*. Autismo. Recuperado de: [https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/autism-spectrum-disorders-\(asd\)](https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/autism-spectrum-disorders-(asd))

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRAÇA	Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas com Autismo
DSM	Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
TEA	Transtorno do Espectro Autista